



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

Requer moção de repúdio ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por vetar parcialmente o fim das “saidinhas”, determinado pelo Congresso Nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, RICD, ouvido o plenário, que seja registrado nos anais desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Moção de Repúdio ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por vetar parcialmente o fim das “saidinhas”, determinado pelo Congresso Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Presidente, tal ocorrência tem por finalidade manifestar o profundo descontentamento e revolta deste e de outros parlamentares desta Comissão, manifestando o amplo repúdio diante a atitude descabida e inaceitável, em que, conforme divulgado pela imprensa nacional¹, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou o trecho principal do PL das “saidinhas”, que propôs limitar as saídas temporárias de presos no país. O trecho determinava o fim das saídas dos detentos para visitar familiares.

¹<https://www.poder360.com.br/governo/lula-veta-fim-das-saidas-de-presos-no-pl-das-saidinhas/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

O anúncio de que Lula iria vetar o trecho já havia sido feito pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, mais cedo nesta 5ª feira (11.abr), no Palácio do Planalto. Como antecipou, o presidente manteve o restante do texto como foi aprovado no Congresso Nacional, com a obrigatoriedade do exame criminológico e o aumento do uso de tornozeleiras eletrônicas.

No Brasil, o número de presos passou de 826,8 mil para 839,7 mil de dezembro de 2022 a junho de 2023, uma alta de 0,8% na estatística mais recente....

Destaca-se que, de acordo com o levantamento feito entre os dias 18 e 21 de janeiro pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em parceria com o instituto MDA, 27,4% dos entrevistados consideram a segurança a área na qual o governo tem tido o pior desempenho. Em segundo lugar, aparece a economia (25,4%). Na sequência, vêm saúde (22,4%), combate à corrupção (21,0%) e educação (12,6%).

Na comparação com o governo Jair Bolsonaro, a percepção do brasileiro é que piorou o tratamento dado pelo governo federal à questão. De acordo com a pesquisa, apenas 15% consideravam a segurança pública o maior problema na gestão anterior, em janeiro de 2020.

O combate à criminalidade representa um dos pilares essenciais para o funcionamento saudável de qualquer sociedade. Sua importância transcende fronteiras políticas e culturais, sendo fundamental para garantir a segurança, promover a justiça e preservar a ordem social.

Em primeiro lugar, a redução da criminalidade é fundamental para garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos. Quando as taxas de criminalidade diminuem, as pessoas se sentem mais protegidas em suas comunidades, o que contribui significativamente para a qualidade de vida.

Além disso, o combate à criminalidade visa proteger os direitos individuais, evitando violações como roubo, agressão, fraude e homicídio. Ao fazer isso, reforça-se





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

a ideia de que todos os cidadãos têm o direito fundamental de viverem sem medo de se tornarem vítimas de crimes.

A criminalidade também desafia a ordem social, minando a confiança nas instituições legais e desafiando as normas estabelecidas. Ao combater a criminalidade, reafirma-se a autoridade dessas instituições e a importância de seguir as leis para o funcionamento saudável da sociedade como um todo. Outro aspecto crucial é a promoção da justiça e igualdade perante a lei. O combate à criminalidade busca garantir que a justiça seja aplicada de forma imparcial, sem distinção de classe social, raça ou posição política. Isso é essencial para manter a integridade do sistema legal e promover a confiança dos cidadãos em suas instituições.

Além disso, a redução da criminalidade pode ter impactos positivos no desenvolvimento econômico de uma região, estimulando o investimento, promovendo o turismo e criando um ambiente mais propício aos negócios. Isso, por sua vez, pode gerar empregos e melhorar as condições de vida da população. Nesse sentido, questiona-se qual o interesse do governo atual em manter posturas que beneficiam criminosos e ainda, promover um cenário que favorece o crime organizado no Brasil?

Diante ao exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente requerimento e o devido reconhecimento público com a moção de repúdio.

Sala das Comissões , em 12 de abril de 2024.

DEPUTADO PAULO BILYNSKYJ
Deputado Federal (PL-SP)

